

Como nos anuncia Sybil Douek logo de início, esta é uma adaptação de sua dissertação de mestrado em Filosofia, defendida em 2001. Segue, assim, os parâmetros acadêmicos, que requerem muitas citações e notas de rodapé. Sem alterações radicais, a autora pretendeu manter a “alma” do seu trabalho. Nem por isso o livro resultante se mostra ilegível, sucumbindo ao peso dessas referências. A erudição e o rigor próprios da academia são acompanhados de uma escrita clara e por vezes poética, propiciando ao leigo em Filosofia o acesso às articulações.

O livro examina a noção de memória em contraponto à de história, retomando em especial o filósofo Walter Benjamin, em vários momentos de sua obra. Digamos que Benjamin seja o fio condutor, embora tantos outros autores compareçam na trama dos conceitos. A oposição entre memória e história é esmiuçada por Sybil nos quatro primeiros capítulos, quando passa a um exercício mais particular, que é o de compreender o estatuto da lembrança na tradição judaica. As pistas dessa tarefa já estariam em Benjamin, que era judeu e interessou-se inclusive pela teologia judaica por intermédio do amigo Gershom Scholem, especialista na Cabala. A autora recorre à idéia de *Zahhor* – a “lembrança” em hebraico, palavra presente 169 vezes na Bíblia – como pilar de sustentação para a memória judaica. A festa de Pessach, em que os judeus comemoram sua libertação como escravos no Egito, é privilegiada para refletir sobre este imperativo da lembrança no judaísmo.

A memória errante

Resenha de Sybil Safdie Douek, **Memória e exílio**, São Paulo, Escuta, 2003, 231 p.

O centro de *Memória e exílio* reside numa memória que opera na contramão da lógica racional e segue por caminhos descontínuos, cuja “recuperação” do passado não passa pelo esforço da inteligência, mas sobrevém transportada em restos de sensações, despontando como aparições, por assim dizer. O passado não terminou – ele volta “de novo”, visto que se anima no presente ao surgir nesses relâmpagos de lembrança. Passado infiltrando-se no presente, cujo remoto veio renasce e faz brotar hoje aquilo que não foi possível realizar lá atrás. Bem se vê, o assunto interessa e muito aos psicanalistas, já que uma das possíveis formulações do inconsciente de Freud se apóia na memória e no seu funcionamento.

As afinidades da memória com a Psicanálise apresentam-se de modo quase instântâneo. Não se trata apenas da leitura de uma psicanalista, como é meu caso, que fatal-

mente haveria de encontrar aproximações. O fato é que a própria autora alude a elas, mostrando algum conhecimento de psicanálise, e certamente não ignora que Benjamin se interessou também por Freud. Por exemplo, a idéia de trauma em “Mais além do princípio do prazer” é retomada por Benjamin no ensaio “Sobre alguns temas em Baudelaire”. Embora nem tão freqüentes, existem menções à psicanálise em Benjamin, como mostra Sérgio Paulo Rouanet em *O Édipo e o Anjo – itinerários freudianos em Walter Benjamin* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1981).

Nada reza que Freud tivesse de ocupar lugar mais relevante no presente trabalho. Se a autora preferiu não trilhar esse caminho, isso também faria sentido: a construção teórica dirige-se aqui para a lembrança no judaísmo, envolvendo, portanto, uma questão de memória coletiva, de traços de identidade no grupo que comparte uma mesma tradição. O foco não recai sobre o sujeito, ainda que o capítulo sobre a memória involuntária de Proust traga o assunto à baila. Nessa direção, o leitor psicanalista estaria à vontade para aí escutar ressonâncias e refazer pontes de confluência.

A abertura já recomenda plenamente a leitura deste livro, pois deixa margens de respiro para que o leitor faça dele bom proveito.

Há, no entanto, algo de curioso na maneira como Freud aparece no livro. Mencionado algumas vezes no corpo do texto sem maiores delongas, Freud não deixa de ser considerado em sua importância, mas acena sempre de passagem. Como neste trecho: “Em Proust, Benjamin encontrou alguém que, como ele, quis ‘salvar’ o passado, através da memória involuntária. Tal conceito aparentemente trivial, após a noção freudiana de inconsciente, tem, entretanto, notáveis repercussões com respeito à relação que o presente entretém com o passado, destruindo, por assim dizer, a idéia corrente de um passado puro que o presente neutro traz à tona, aproximando-se assim da concepção benjaminiana de memória” (p. 99). Freud marca presença e vai-se rapidamente. A psicanálise constituiria um dos elos no tema, porém não será abordada. Talvez se depreenda daí um convite – pois a noção de inconsciente também acrescentaria elementos às articulações sobre o passado que continua no presente, trazendo-se sem cessar.

Em notas de rodapé, Freud subjaz ao enunciado principal. Por exemplo, quando a autora fala da consonância entre memória e arqueologia, ressaltando que esta não é exclusiva de Benjamin. “Basta evocar Freud”, diz ela, “em cujos escritos a referência à arqueologia aparece com

incomum freqüência, e seu conhecido apreço por peças de Antigüidade, das quais era experto colecionador” (p. 81, nota 32). Freud parece permanecer, assim, como figura de fundo, numa espécie de vida entre parênteses, implícito como termo de comparação com outros autores. Seu nome quase restaria na ponta da língua, aguardando que o pronunciemos com todas as letras. Benjamin, Proust ... e Freud. Desse modo, é como se Freud espiasse atrás das cortinas na cena da memória.

A pergunta de partida poderia ser esta: qual a atitude do homem ocidental moderno com o passado? Se o espírito revolucionário recomendaria que olhasse para o futuro, afastando-se de qualquer nostalgia, também haveria uma espécie de necessidade de apreender algo do passado. Mesmo porque a crença numa História que progride em linha reta para o futuro tornou-se insustentável, após duas Guerras Mundiais, a barbárie do Holocausto e a derrocada dos totalitarismos. Como então poderia este homem moderno recorrer ao passado, sem imobilizar-se sob o peso da enorme tradição que o precede? Delineia-se aqui uma encruzilhada – pois o passado revela-se em formas e ganha sentidos muitos diversos, caso seja captado pelo viés da memória ou o da história.

Memória e história são eixos distinguíveis na reflexão sobre o passado, como demonstra o primeiro capítulo. Embora Heródoto, considerado o pai da história, tenha suposto que o papel da história

seja o de preservar a memória, Tucídides logo introduzia uma suspeita sobre a memória, na qual não se poderia confiar para escrever a história. Evidentemente, também está em jogo aqui um descrédito para com o testemunho oral, que era o método de investigação da História tal como concebida por Heródoto. Dito de outra maneira, a narrativa estaria envolvida no tecer da memória, ao passo que a história deveria apurar fatos a partir da razão, tarefa para a qual a escrita convém melhor. Desde já caberiam relações com a cura psicanalítica – a *talking cure* – que se alinha ao campo da memória. Isso porque o dispositivo analítico funciona a partir de um pedido – o da produção de um texto oral na presença do analista, sem qualquer exigência de prova de veracidade, bastando apenas o testemunho da fala do sujeito.

Esses atritos entre memória e história tornaram-se, no século XX, um verdadeiro divórcio. Pode-se mesmo dizer que a história ganha corpo com a morte da memória – ao excesso de história, corresponderia a memória que se esvai. Pois a tepidez da palavra em transmissão, com todas suas lacunas e descontinuidades, se substitui na história pela fria contemplação dos acontecimentos, perfilados

em sucessão cronológica. Memória e história têm relações radicalmente diferentes com o passado: “enquanto que na primeira o passado continua no presente sob a forma de reatualização, a segunda rompe com o passado, reconstruindo-o através dos vestígios que dele sobraram” (p. 15), observa a autora.

O segundo capítulo dedica-se sobre dois textos de Benjamin, “Experiência e Pobreza” (1933) e “O narrador: observações sobre a obra de Nikolai Leskov” (1936). Em ambos, Benjamin discorre sobre a perda da experiência (*Erfahrung*) no homem moderno, que ficou desconectado de sua tradição, desprovido daquelas palavras que fariam sentido no interior do grupo ao qual pertence. No primeiro artigo, Benjamin lamenta a condição atual de incomunicabilidade, onde ninguém mais sabe contar ou ouvir histórias, mas logo empurra-nos à frente. Que o homem assuma sua pobreza de experiência “para dirigir-se para o contemporâneo nu, deitado como um recém-nascido nas fraldas sujas de nossa época”, exorta ele. Já em “O narrador” o tom é mais saudosista. Benjamin examina o conceito de experiência à luz da narrativa oral. O marinheiro, o lavrador que conta histórias, “transmite aos ouvintes o conhecimento do passado ou do lugar distante, superando, por assim dizer, a distância espacial e/ou temporal” (p.

63). Porém os ritmos lentos da narrativa, onde quase apalpamos as marcas do gesto em sua confecção, foram hoje substituídos por outras formas, como o romance e a imprensa. Apartado enfim da experiência coletiva, restou ao homem moderno a *Erlebnis*, ou seja, a vivência privada, a solidão do eu-indivíduo.

O próximo capítulo dedica-se ao texto de Benjamin “Sobre o conceito da História”, de 1940, publicado após sua morte. Em suas teses, Benjamin desenha uma alternativa aos termos propostos anteriormente. Diante do passado, nem o esquecimento do que foi e o recomeçar do zero, nem o olhar melancólico sobre o que se perdeu. Trata-se agora, nas palavras de Sybil, de “salvar o passado, acordar os mortos” (p. 69). Inspirado na gravura de Paul Klee, *Angelus Novus*, Benjamin anuncia uma nova concepção de história. Os olhos do anjo estão escancarados, seu rosto voltado para o passado, onde se acumulam escombros. Embora quisesse acordar os mortos e juntar os fragmentos, abate-se uma tempestade que “o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso”.

Benjamin não só investe contra a noção de história enquanto “cadeia de acontecimentos rumo ao progresso”, como contesta a idéia de um tempo homogêneo e contínuo. Que história é essa, senão a dos vencedores, na qual jazem os despojos da “corvéia anônima”? Só o anjo consegue enxergar as ruínas dessa catástrofe e assim desconfia dos documentos triunfais da

cultura. Nesse sentido, cabe ao materialista histórico “escribir a história a contrapelo”, escrevendo-a a partir do “tempo de agora”. Ou seja, o presente recria o passado, quando salta sobre ele em um instante que se destaca dos demais. Porém deste passado interessa, sobretudo, reaver o que ficou em aberto, como potencial de realização. Numa surpreendente aliança, a idéia de redenção na teologia judaica soma-se ao materialismo para fazer ressuscitar os mortos e seus projetos inconclusos – o que teria sido deve ser convocado no agora. Pois ao interrogar o passado, há sempre a chance de uma nova resposta, criada a partir de vestígios, que são ainda as sementes redentoras do futuro.

Mas como se dá esse processo de atualização do passado? Proust, assim como Benjamin, teria tentado “salvar o passado” por meio da memória involuntária, considera a autora no quarto capítulo. Para além do primor na escrita, há essa exaustiva observação proustiana, de como sobrevém a lembrança sem quaisquer avisos prévios, ligada a sensações como o paladar ou odor, do efeito de regozijo que tais lembranças provocam no sujeito e de que essa memória não se alcança pelo esforço da consciência.

O episódio da *madeleine*, em sua aparente trivialidade, logo no início de *Em busca do tempo perdido*, mostra-se exemplar. O narrador tentava em vão recordar-se da infância em Combray, mas era como se as informações do passado estivessem mortas para ele. Subitamente, ao provar o bolo embebido pelo chá, saltam as

lembranças – e o gosto lhe devolve a cidade e sua infância. Encerradas em algum objeto, “como almas”, esses restos de sensação aproximam-nos do passado, encurtando a distância que nos separa dele. A bem da verdade, a figura da lembrança não coincidiria exatamente com aquela do passado. Pois não se trata mais do objeto mesmo, mas apenas do que dele se desprende. Assim como o passado ressuscitado não corresponde ao que de fato foi, mas revela-se como criação.

Para Benjamin, comenta a autora, Proust teria ultrapassado “os limites do individual, através da dinâmica e do jogo infinito do lembrar”, abrindo para a vivência do sujeito a amplitude da experiência coletiva. Ao conjugar a memória íntima e a universal, também Freud é incluído nesta constatação: “Freud e Proust referem-se ao indivíduo, mas ultrapassam-no numa experiência coletiva, que diz respeito a todos os homens e se repete em cada homem” (p. 117). Se isso parecer muito amplo para o leitor psicanalista, talvez ele se permita, à guisa de anotações à margem do texto, alinhavar seus comentários. Até que ponto se pode associar a volta do passado no presente com o movimento retroativo do in-

consciente? O acontecimento atual seria a retomada de um termo originário, transportado de forma a revelar-se cada vez de outra maneira. A memória freudiana supõe a existência de um rastro da recordação, o traço mnésico, cuja conexão com imagens verbais resulta num processo infinito de passagens, traduzindo-se sempre em novas versões.

Os dois últimos capítulos de *Memória e exílio* concentram-se na lembrança judaica, *Zakhor*, operante na festa de Pessach. Comemora-se nela a libertação dos judeus da escravidão no Egito pelas mãos de Deus, conforme o relato bíblico. A refeição familiar obedece a uma seqüência predeterminada – daí o nome da ceia, *Seder*, “ordem” em hebraico – cujo roteiro se desenrola na leitura da *Hagadá*, a narrativa dos acontecimentos no Egito. *Hagadá* é, sobretudo, a história contada – do verbo *lehaguid*, “contar”, “dizer”, “narrar” – que se dirige às crianças. Nesse ritual, há que rememorar hoje que todos nós fomos escravos no Egito. Ninguém deve restar apartado desta experiência comum, nem mesmo a criança pequena, incluída por meio das perguntas feitas aos adultos. Mas a narrativa traz em seu bojo as dificuldades na transmissão da palavra – o filho pode recusar-se a escutar, ameaçando a continuidade da tradição. Daí a idéia de que a tradição em passagem envolva sempre o risco e a incerteza. Pois a filiação – sublinha Sybil – “não é a cadeia ininterrupta de transmissão, mas é tecida de saltos

e rupturas, de morte e esquecimento” (p. 148). O hiato entre as gerações permitiria, portanto, que o passado surgisse como novidade.

Tudo que se disponibilizou até aqui como trama conceitual converge agora para a idéia de exílio. Pois a saída do Egito, além de marcar uma experiência inaugural para o povo judeu, tem como consequência a longa jornada pelo deserto. O êxodo, porém, nada mais seria do que o retorno de um movimento original de partida – Abraão deixa a Mesopotâmia sob as ordens divinas e prontamente abandona o que até então conhecera. O exílio diz respeito a um desarraigamento radical. É preciso desgarrar-se, enfrentar a morada provisória e o absolutamente estrangeiro. Sob o signo da passagem, poderia se alcançar algo sobre um modo de ser judeu. Tal condição de errância vem ensinar, em sua dimensão universal, o valor da palavra em aberto. Só aí se sustenta essa figura do “judeu”, no nomadismo da palavra portadora de uma experiência infinitamente atualizável. Nesse sentido, *Memória e exílio* participa de uma tradição de pensamento que jamais encerra questão, deixando ao leitor inúmeros fios para que teça novas figuras da memória.

Daisy Wajnberg é psicanalista, mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP, doutora em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas (USP). Publicou *Jardim de Arabescos: uma leitura das Mil e Uma Noites* (FAPESP-Imago, 1997) e *O Gosto da Glosa: Esaú e Jacó na tradição judaica* (Humanitas, 2004).